

## Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº  
**1536/2023**

Senhora Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Mulheres, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, inciso II, seja realizada audiência pública com a finalidade de discutir a importância do retorno das ações para a vacinação do HPV nas escolas municipais, bem como a inclusão no calendário vacinal de rotina pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, no dia 04/07/2023, às 13h30, no Plenário Helvécio Arantes.

A recomendação do imunizante é para o público de 9 a 14 anos, além da população imunossuprimida (vivendo com HIV/Aids, submetidos a transplantes de órgãos sólidos/medula óssea e pacientes oncológicos), de 15 a 45 anos. A imunização precoce garante que o público-alvo esteja protegido contra quatro tipos de vírus humano antes do início da vida sexual, garantindo assim, uma geração protegida do papilomavírus humano (HPV) que pode provocar verrugas genitais, neoplasias (tumor) e câncer no colo do útero, no pênis, na vagina, na vulva e na laringe. Apesar de a principal forma de transmissão do vírus ser pela via sexual, o contágio com o HPV pode ocorrer pelo contato direto com a pele ou a mucosa infectada.

O Instituto Nacional do Câncer (INCA), estima que, no estado de Minas Gerais, mais de 1,7 mil mulheres devem ter câncer de colo do útero no ano de 2023. Considerada a terceira causa de mortes prematuras femininas no país, o INCA orienta a população para a importância da prevenção e vacinação contra o HPV.

Considerando a relevância do tema para a população, o controle desse tipo de câncer é uma prioridade da agenda de saúde do país. Embora passíveis de identificação e tratamento antes do surgimento da doença, a última Pesquisa Nacional de Saúde revelou que a taxa de rastreamento é menor em mulheres de baixa escolaridade, pardas e negras.

É importante ressaltar que, desde 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) trabalha com a meta de eliminar o câncer de colo de útero e o classifica como um problema de saúde pública mundial.

Além disso, é necessário promover campanhas para dar visibilidade à importância dos exames de rotina que podem identificar alterações causadas pelo HPV e podem evoluir para o câncer. O Sistema Único de Saúde (SUS) oferece gratuitamente, nas Unidades Básicas de Saúde, o exame citopatológico, conhecido como exame preventivo.

Em 2017, a Prefeitura de Belo Horizonte promoveu uma campanha de vacinação contra o HPV nas escolas da Rede Municipal de Educação. A vacinação nas escolas foi direcionada para as meninas de 9 a 14 anos e meninos de 11 e 14 anos (15 incompletos), que não receberam a vacina HPV, ou que estavam com o esquema em atraso. De acordo com o Ministério da Saúde, a definição da faixa etária para a vacinação tem como objetivo proteger meninos e meninas antes do início da vida sexual e, portanto, antes do contato com o vírus.

Apesar da vacina contra o HPV também estar disponível nos Centros de Saúde da capital, não há mais ações para a vacinação do HPV nas escolas municipais.

Nesse contexto, a audiência pública proposta permitirá destacar a proteção que essa imunização oferece, visto que o câncer do colo de útero é o mais fácil de prevenir, sendo o único para o qual hoje existe vacina. É fundamental retomar a definição da operacionalização da vacinação nas escolas, estabelecendo o cronograma e os locais de aplicação. Por se tratar de um público em idade escolar, é indispensável incentivar ações diretamente nas instituições educacionais.

Sugiro que sejam convidados para a Audiência Pública:

- Secretário Municipal de Saúde, Sr. Danilo Borges Matias;
- Dra. Isabela O. Brettas Marchesani;
- Sra. Cinira Aguida Ferreira Marcondes.

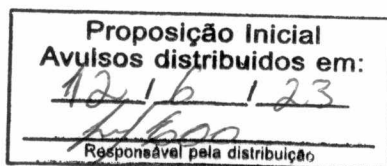
Belo Horizonte, 13 de junho de 2023.



**Vereadora Marcela Trópia**

NOVO

À Senhora  
Vereadora Flávia Borja  
Presidente da Comissão de Mulheres



**Comissão de Mulheres****Parecer de 2º turno sobre o Projeto de Lei nº 208/2021****Relatório**

O Projeto de Lei nº 208/2021, de autoria das nobres vereadoras Iza Lourença e Bella Gonçalves, que “Dispõe sobre a promoção da dignidade da gestante, da parturiente e da puérpera e sobre o enfrentamento da violência obstétrica no Município”, teve a sua aprovação no Plenário, em primeiro turno, em 07/02/2023, pela maioria dos vereadores presentes, em votação simbólica.

Dando continuidade, foi examinado preliminarmente em 2º turno pela Comissão de Legislação e Justiça, que concluiu pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das emendas 1, 2, 3, 4 e 5, das subemendas 2, 3, 4, 5, 6 e 7 à Emenda 1 e da Subemenda 1 à Emenda 5; pela inconstitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade da Subemenda 1 à Emenda 1; com apresentação de subemendas às emendas 1 e 5., e vem agora a Comissão de Mulheres, a qual eu, vereadora Professora Marli, fui designada a relatar o parecer nos termos do art. 52, inciso IX, alíneas “a”, “b”, “e” e “g”, do Regimento Interno desta Casa.

**Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 208/2021 alvo deste parecer, tem por objetivo combater a violência obstétrica que acontece nos momentos mais delicados da vida das mulheres: na gestação, no parto, no puerpério ou em situações de perda gestacional.

Na justificativa, as autoras da proposição em tela, argumentam que “embora a violência obstétrica seja também denominada, entre outros termos, de violência institucional ou violência no atendimento obstétrico, preferimos adotar a nomenclatura reconhecida pela Organização Mundial de Saúde – OMS – e pelo Ministério da Saúde – MS, por ser está mais conhecida entre as mulheres.”



E mais:

“A violência obstétrica pode ser física, psicológica, verbal, simbólica ou sexual, podendo ocorrer também por meio de negligência, discriminação ou condutas excessivas, desnecessárias ou desaconselhadas, as quais, muitas vezes, são prejudiciais e não contam com embasamento em evidências científicas. Essas práticas submetem mulheres a normas e rotinas rígidas e, muitas vezes, desnecessárias, que não respeitam seus corpos nem seus ritmos naturais, e as impedem de exercer seu protagonismo.

Tendo sido aprovado em 1º turno, foram apresentadas 5 emendas ao Projeto, que dispõem:

**Emenda substitutivo 1/2021**, de autoria da Comissão de Legislação e Justiça, “Dispõe sobre a promoção da dignidade da gestante, da parturiente e da puerpera e sobre o enfrentamento da violência obstétrica no Município.”

**Emenda supressiva 2/2021**, de autoria da Comissão de Saúde e Saneamento, suprime o inciso IV do art. 4º.

**Emenda supressiva 3/2022**, de autoria do Vereador Bráulio Lara, suprime os incisos II e III do art. 3º.

**Emenda supressiva 4/2023**, de autoria do Vereador Bruno Miranda, que suprime o art. 3º.

**Emenda substitutivo 5/2023**, de autoria das Vereadoras Iza Lourença e Cida Falabella, “Dispõe sobre a promoção da dignidade da gestante, da parturiente e da puerpera e sobre o enfrentamento da violência obstétrica no Município”.

Além das emendas, foram apresentadas as seguintes subemendas, ao Projeto:

Deixo de analisar a **Subemenda 1/2022 à Emenda 1/2021**, em razão da Comissão de Legislação e Justiça ter considerado inconstitucional e ilegal, em parecer aprovado naquela comissão em 12/04/2023.



**A Subemenda 2/2022 à Emenda 1/2021**, de autoria do vereador Gabriel, que suprime os incisos VIII, IX, XVII, XXIII, XXVI, XXVII, XXVIII e XXX do art. 3º.

**A Subemenda 3/2022 à Emenda 1/2021**, de autoria do vereador Bráulio Lara, que suprime os incisos II e III do art. 3º.

**A Subemenda 4/2022 à Emenda 1/2021**, de autoria dos vereadores Ciro Pereira, Flávia Borja, Nikolas Ferreira e Wesley Moreira, que confere nova redação ao inciso XXIX do art. 3º: "Art.3º - (...) XXIX" negligenciar à mulher o acesso a ações de planejamento reprodutivo e a informação sobre os métodos contraceptivos existentes, desde que resguardado o direito à vida do nascituro."

**A Subemenda 5/2022 à Emenda 1/2021**, de autoria dos vereadores Ciro Pereira, Flávia Borja, Nikolas Ferreira e Wesley Moreira, que confere nova redação ao caput do art. 2º:

**A Subemenda 6/2022 à Emenda 1/2021**, de autoria dos vereadores Ciro Pereira, Flávia Borja, Nikolas Ferreira e Wesley Moreira, que suprime o inciso IV do art. 4º.

**A Subemenda 7/2022 à Emenda 1/2021**, de autoria dos vereadores Ciro Pereira, Flávia Borja, Nikolas Ferreira e Wesley Moreira, que confere nova redação ao inciso I do art. 4º:

**A Subemenda 1/2023 à Emenda 5/2023**, de autoria dos vereadores Uner Augusto, Cláudio do Mundo Novo, Irlan Melo e Wesley Moreira, que acrescenta o art. 6º, renumerando-se os demais artigos:

Transposta essa etapa passamos agora a análise do mérito das emendas e das subemendas, conforme disposto no 52, IX, a) matéria atinente à promoção e defesa dos direitos das mulheres; b) políticas, programas e ações que repercutem de forma diferenciada na vida das mulheres; e) política de saúde da mulher; e g) política de combate à violência contra mulheres, à exploração sexual e ao feminicídio, do Regimento Interno.



**A Emenda substitutivo 1/2021** altera significativamente o art. 3 da redação original, aprimorando a proposição original adicionando incisos que dão mais garantias dos direitos das mulheres, com atenção especial ao combate à violência contra mulheres. Dessa forma, opino pela aprovação desta Emenda.

**A Emenda supressiva 2/2021**, pretende suprimir o inciso IV do art. 4º:

*“IV – garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.”*

Observa-se que este inciso, em análise, já é contemplado por legislação existente e não afeta à promoção e defesa dos direitos das mulheres. Dessa forma, opino pela aprovação desta Emenda.

**A Emenda supressiva 3/2022** suprime os incisos II e III do art. 3º, que são:

*“II – tratar a gestante, a parturiente ou a puérpera de forma não humanizada, agressiva, não empática ou irônica;” e*

*“III – utilizar termos depreciativos para se referir aos processos naturais do ciclo gravídico puerperal;”*

Novamente observa-se que a supressão destes incisos, em análise, já são contemplados por legislação já existente e não afetam à promoção e defesa dos direitos das mulheres, nem a política de combate à violência contra mulheres. Dessa forma, opino pela aprovação desta Emenda.

**A Emenda supressiva 4/2023** suprime o art. 3º. Essa emenda descaracteriza todo o conceito proposto pelas autoras à proposição em tela, uma vez que suprime o entendimento sobre a “violência obstétrica a prática de ações que violem os direitos humanos, a autonomia e a privacidade da mulher e que a ofendam fisicamente, verbalmente, moralmente, psicologicamente ou por negligência durante a assistência obstétrica prestada no período do pré-natal, do parto, do puerpério ou em situações de perda gestacional ou de morte fetal. Dessa forma, opino pela rejeição desta Emenda.



**A Emenda substitutivo 5/2023**, de autoria das Vereadoras Iza Lourença e Cida Falabella, aprimora ainda mais a técnica legislativa, contemplando algumas das propostas apresentadas nas emendas e nas subemendas apresentadas. Dessa forma, opino pela aprovação desta Emenda.

**As Subemendas 2/2022 e 3/2022 à Emenda 1/2021**, suprimem dez incisos do art. 3º, todas elas já garantidas em legislações em vigor, tanto na esfera federal como na estadual, e não interferem na essência do projeto em análise. Dessa forma, opino pelas aprovações destas Subemendas.

**A Subemenda 4/2022 à Emenda 1/2021**, da nova redação ao inciso XXIX do art. 3º da emenda substitutiva nº 1:

*"Art.3º - (...)*

*XXIX— negligenciar à mulher o acesso a ações de planejamento reprodutivo e a informação sobre os métodos contraceptivos existentes, desde que resguardado o direito à vida do nascituro."*

Não vislumbro óbices na adição do complemento "*desde que resguardado o direito à vida do nascituro*" ao texto do substitutivo. Dessa forma, opino pela aprovação desta Subemenda.

**A Subemenda 5/2022 à Emenda 1/2021**, dá nova redação ao caput do art. 2º da emenda substitutiva nº 1:

*"Art.2º: Para os efeitos do disposto nesta lei, entende-se por promoção da dignidade da gestante, da parturiente e da puérpera a execução de ações e serviços de saúde que garantam o respeito, a proteção e a efetivação dos direitos humanos da mulher, do nascituro e do recém-nascido."*

Não vislumbro óbices na adição do complemento "*do nascituro e do recém-nascido*" ao texto do substitutivo. Dessa forma, opino pela aprovação desta Subemenda.





**A Subemenda 6/2022 à Emenda 1/2021** suprime o inciso IV do art. 4º:

*“Art. 4º - As ações e os serviços de saúde de que trata esta lei serão desenvolvidos de acordo com os seguintes princípios:*

*(...)*

*“IV – garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.”*

Observa-se que este inciso, em análise, já é contemplado por legislação existente e não afeta à promoção e defesa dos direitos das mulheres. Dessa forma, opino pela aprovação desta Subemenda.

**A Subemenda 7/2022 à Emenda 1/2021** confere nova redação ao inciso I do art. 4º: “Art.4º - (...) I – respeito, proteção e promoção dos direitos humanos da mulher, do nascituro e do recém-nascido.”

Não vislumbro óbices na adição do complemento “da mulher, do nascituro e do recém-nascido” ao texto do substitutivo. Dessa forma, opino pela aprovação desta Subemenda.

**Subemenda 1/2023 à Emenda 5/2023** acrescenta o art. 6º, renumerando-se os demais artigos:

*“Art. 6º - Esta lei não trata dos casos de interrupção voluntária de gravidez previstas no Código Penal.”*

Vislumbro óbices para a aprovação dessa subemenda já que toda a exclusão dos direitos da parcela das mulheres que se enquadram nessa proposta é preconceituosa. Dessa forma, opino pela reprovação desta Subemenda.



**Conclusão**

Em face do exposto, opino pela **aprovação** das emendas 1/2021, 2/2021, 3/2022 e 5/2023, e das Subemendas 2 à Emenda 1/2021, 3 à Emenda 1/2021, 4 à Emenda 1/2021, 5 à Emenda 1/2021, 6 à Emenda 1/2021 e 7 à Emenda 1/2021, e pela **rejeição** da emenda 4/2021 e Subemenda a Emenda 5/2023 apresentadas ao Projeto de Lei 442/2022.

Belo Horizonte, 25 de abril de 2023.

**Professora Marli**

**Vereadora**